



GT 02 – Direito à Cidade, Justiça Climática e Racismo Ambiental

## **AS TERRITORIALIDADES PRESENTES NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DO CABO DE SANTO AGOSTINHO – PE: A VIVÊNCIA E A LUTA DAS MULHERES PESCADORAS**

Maria Beatriz de Souza Silva<sup>1</sup>

### **1 INTRODUÇÃO**

O Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC), por meio do Programa de Bolsas Fellowships 2024, selecionou oito pesquisadores das cinco regiões do Brasil para compor as diferentes cartografias sociais negras do país. Essa pesquisa teve como objetivo evidenciar o debate sobre justiça climática no território brasileiro, focando nas experiências e vivências das populações negras e buscando alternativas baseadas nas tecnologias ancestrais dessas populações.

No âmbito deste programa, o presente trabalho optou por apresentar as territorialidades das comunidades pesqueiras do Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife (RMR), Pernambuco. O estudo focalizou a ancestralidade, o pertencimento e as perspectivas das mulheres pescadoras sobre os impactos socioambientais e climáticos sofridos no litoral cabense, causados principalmente pelo Complexo Industrial-Portuário de Suape (CIPS).

A justificativa para a escolha deste tema pela autora se estabelece no profundo interesse nas questões territoriais da cidade à qual se pertence, alinhando-o a leituras e pesquisas prévias sobre as constantes violações de direitos que ocorrem no território estratégico do CIPS e que atingem diretamente as comunidades tradicionais, mais especificamente, as comunidades pesqueiras.

A chegada e expansão do CIPS reconfiguraram drasticamente a dinâmica territorial da região, impondo uma lógica de desenvolvimento econômico que negligencia os direitos das populações tradicionais. A ausência de políticas públicas que salvaguardem as comunidades pesqueiras intensifica processos de deslocamento forçado, degradação ambiental e precarização das condições de trabalho e vida das pescadoras. Além disso, a abertura político-econômica dos gestores e legisladores locais às grandes corporações ligadas ao

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em Geografia, Instituto Federal de Pernambuco, beatrizsouzageo@gmail.com



complexo portuário, sem a exigência de compensações sociais e ambientais, amplia a vulnerabilidade desses grupos e fragiliza a luta por seus direitos.

Este estudo se apoia no reconhecimento da ancestralidade, do pertencimento e das múltiplas dimensões da vida pesqueira para evidenciar como essa realidade não se restringe à esfera econômica, mas envolve fatores políticos, sociais e culturais, como a perda contínua da identidade e dos saberes tradicionais transmitidos de geração em geração, além de questões de saúde física e mental das mulheres pescadoras e de suas famílias.

## 2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos cruciais, com dois encontros: nos dias 23 de outubro e 07 de novembro de 2024, ambos em Gaibu, na sede do Juventude Presente, no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. Os encontros também contaram com a presença do Fórum Suape, organização que luta por justiça socioambiental e já faz ações com esse grupos de pescadoras há bastante tempo. Ambos os encontros foram surpreendentes e muito proveitosos, já que as participantes tiveram um papel ativo e crucial durante todo o processo. Com grande entrosamento foram encontros construtivos e com trocas riquíssimas.

A metodologia empregada para a coleta de dados foi qualitativa, fundamentada na Cartografia Social. Esta abordagem permitiu o mapeamento participativo dos territórios, o registro de entrevistas e a documentação das percepções das pescadoras sobre os impactos socioambientais e suas vivências. Foram utilizadas oficinas de cartografia social para a construção de mapas afetivos e cognitivos, que serviram como ferramentas para as comunidades expressarem suas experiências e conhecimentos sobre o território.

A Cartografia Social revelou-se um instrumento potente, especialmente por permitir que as próprias pescadoras representassem seus territórios com suas palavras, memórias e marcas de pertencimento. Essa metodologia ampliou não apenas o escopo da análise, mas também o sentido político da escuta, reforçando que a técnica mais poderosa é aquela que nasce do vínculo e da confiança estabelecidos com a comunidade.

Os resultados da pesquisa evidenciam os profundos impactos socioambientais e climáticos causados pela implantação e expansão do Complexo Industrial-Portuário de Suape (CIPS). As falas das pescadoras expressam a deterioração das condições de vida e trabalho,



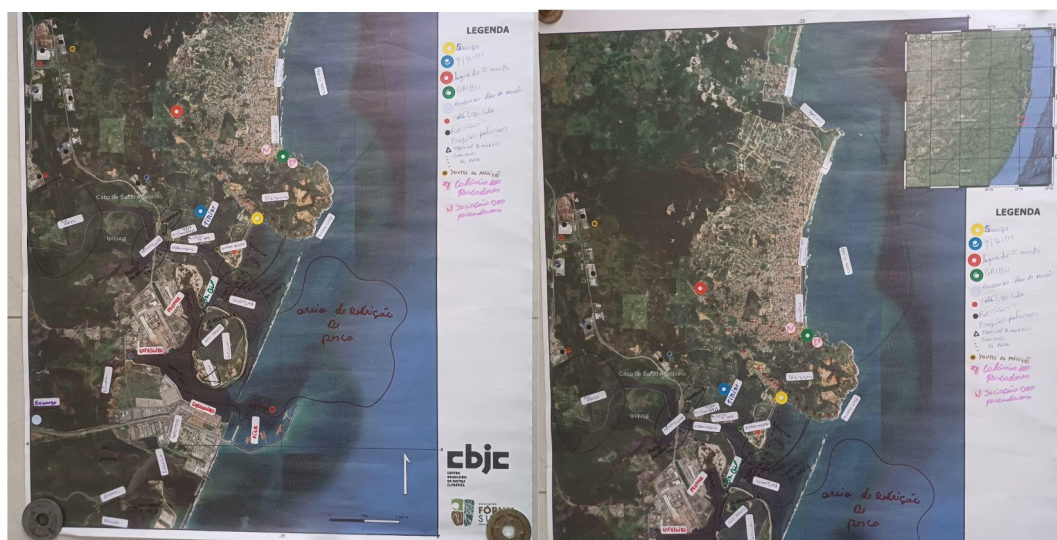
a contaminação da água, a perda de espécies marinhas, e as doenças decorrentes da poluição.

A expansão do CIPS impôs mudanças drásticas na paisagem e no cotidiano das comunidades. A abertura de novos canais, o aterro de mangues e a dragagem alteraram ecossistemas vitais para a subsistência pesqueira. A diminuição do pescado e a contaminação dos recursos naturais forçam as pescadoras a buscar alternativas para o sustento, muitas vezes em condições precárias. A ausência de políticas públicas eficazes agrava a vulnerabilidade dessas populações, expondo-as a riscos ambientais e sociais crescentes.

A pesquisa também destacou a dimensão da ancestralidade e do pertencimento, revelando como a pesca não é apenas uma atividade econômica, mas um pilar da identidade cultural e social dessas comunidades. A perda do território e dos recursos naturais ameaça a transmissão de saberes tradicionais, gerando um profundo impacto na memória e na coesão social das famílias pesqueiras.

As discussões durante as oficinas de cartografia social também revelaram a resiliência e a organização das mulheres pescadoras na luta por seus direitos. Elas articulam suas vozes para denunciar as violações sofridas e para propor soluções baseadas em suas experiências e conhecimentos locais, reafirmando seu papel fundamental na resistência e na busca por justiça climática e ambiental.

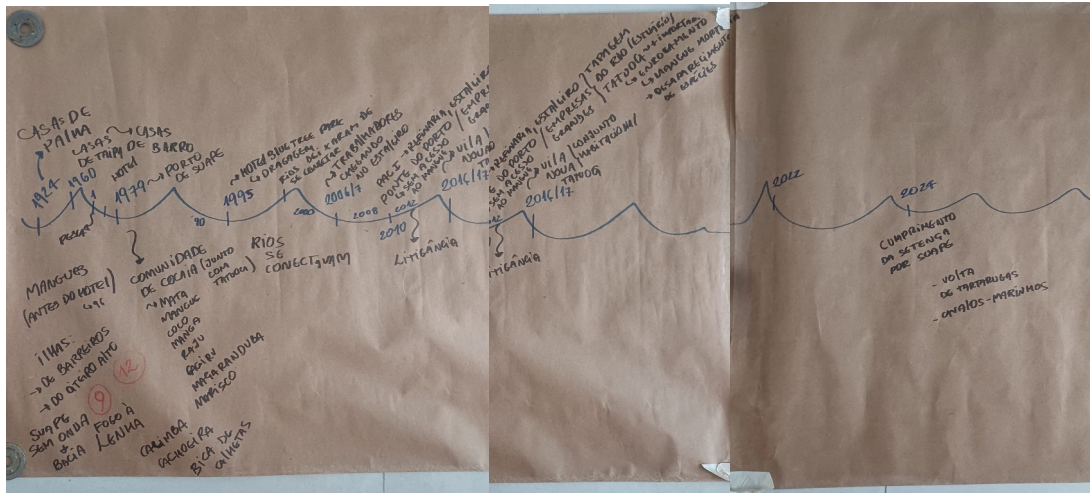
**Figura 1 e 2:** Mapeamento participativo feito com as pescadoras do Cabo de Santo Agostinho





Fonte: a autora, 2024.

Figura 3, 4 e 5: Linha do Tempo construída com as pescadoras



Fonte: a autora, 2024.

### 3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, embora realizada em um curto período, foi concluída com sucesso e obteve dados de grande relevância, que podem servir como ponto de partida para novas investigações e desdobramentos futuros. O estudo destaca a importância de considerar a perspectiva das comunidades que enfrentam diariamente o racismo ambiental e a insegurança gerada por grandes empreendimentos.

Mais do que simplesmente identificar impactos, este processo permitiu documentar as vivências e reafirmar os saberes ancestrais que persistem e resistem frente aos avanços predatórios de grandes empreendimentos, como o Complexo Industrial-Portuário de Suape. A utilização de metodologias como a Linha do Tempo e a Cartografia Social ampliou não apenas o escopo da análise, mas também o sentido político da escuta. Ao permitir que as próprias pescadoras representassem seus territórios com suas palavras, memórias e marcas de pertencimento, ficou evidente que a técnica mais poderosa é aquela que nasce do vínculo e da confiança estabelecidos.

Essa experiência não só promoveu uma reconexão com minha própria cidade e com a vivência de outras mulheres, mas também inspirou uma reflexão sobre o que é verdadeiramente importante estudar e como os instrumentos metodológicos podem ser ferramentas de contribuição para um propósito maior. Há uma convicção de que este trabalho



marca um ponto de partida para outros desdobramentos — pessoais, acadêmicos e coletivos — que continuarão a visibilizar as pautas dos territórios invisibilizados, das mulheres periféricas e das populações negras, que são cotidianamente afetadas pelos efeitos da crise climática e da lógica colonial de desenvolvimento.

## AGRADECIMENTOS

Os mais profundos agradecimentos são dirigidos ao Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC) e a todos que o compõem. A oportunidade de participar de um ambiente de pesquisa que ofereceu acolhimento e escuta foi um grande alívio e inspiração. Agradeço também ao Fórum Suape, que foi essencial na mobilização e credibilidade da pesquisa junto às pescadoras. Por fim, agradeço imensamente a cada pescadora que contribuiu com os momentos coletivos e com esta pesquisa, sem elas, nada disso seria possível.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (org.); Rodrigo Nuñez Viégas ... [et al.]. **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC), Dossiê Cartografias Negras e (In)justiças climáticas no Brasil. Disponível em: <https://cbjc.com.br/pt/cbjc-lanca-dossie-inedito-sobre-justica-climatica-a-partir-de-saberes-e-territorios-negros-no-brasil/>. Acesso em 01 de julho 2025.